

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Contas do governo fecham no negativo em R\$ 20,6 bi 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo estuda reajuste de 5% para todos os servidores 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova projeto que obriga União a pagar perícias do INSS antecipadamente 5

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Substitutos buscam apoio do Centrão ao assumir ministérios 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas registram déficit 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Dez ministros deixam o governo 8

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro deve bloquear R\$ 1,7 bi em emendas de relator em ano eleitoral 9

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS paga aposentadorias e pensões referentes a março a novo grupo; veja quem recebe 11

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo publica substituição de nove ministros que devem ser candidatos em outubro; veja lista 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Tensão entre reajuste e greve 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Estados gastam menos com segurança e sofrem pressão 15

O POPULAR - GO - BUSSOLA
SERVIDOR PÚBLICO

PANDEMIA Anvisa aprova pílula da Pfizer para tratar Covid 16

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNC defende ajustes na PEC 110, que trata da reforma tributária - COMÉRCIO EM PAUTA 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cancelamento do regime tributário especial ameaça indústria química	18
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Número de filiais de empresas estrangeiras interessadas em vir para o Brasil bate recorde em 2021	19
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
A Constituição e o propósito da Petrobras (Artigo)	21
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Receita da Globo alcança R\$ 14,4 bi em 2021	22
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Na bolsa brasileira, Ibovespa em alta e aberturas de capital em baixa - MERCADO S/A	23
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Pessimismo em alta (Editorial)	25
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Praticamente 1/3 dos desempregados busca vaga há 2 anos ou mais	26
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Falta vaga, cria-se uma empresa (Editorial)	29
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
A valorização da moeda brasileira vai ajudar no controle da inflação	30
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA POLÍTICA	
Bolsonaro muda cúpula militar ao escolher Braga Netto como vice em chapa	31
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Medicamentos ficarão 10,8% mais caros a partir de amanhã	32
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
O longo caminho da democracia no Brasil (Artigo)	35

Contas do governo fecham no negativo em R\$ 20,6 bi

Mesmo com a arrecadação recorde de **tributos** federais em fevereiro, as contas do governo central, que reúnem Tesouro Nacional, Banco Central e **INSS**, registraram déficit no mês passado. A diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R\$ 20,619 bilhões, o menor valor para o mês desde 2015. Em fevereiro de 2021, o resultado havia sido negativo em R\$ 21,339 bilhões.

No primeiro bimestre, o governo central registrou superávit de R\$ 55,956 bilhões. A meta fiscal de 2022 admite um déficit primário de até R\$ 170,5 bilhões nas contas do governo central. No mesmo período de 2021, o saldo havia sido negativo em R\$ 22,166 bilhões. O desempenho ficou dentro do intervalo das expectativas do mercado financeiro.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo estuda reajuste de 5% para todos os servidores

LORENNA RODRIGUES

Diante da mobilização crescente no funcionalismo público, setores do governo agora estudam a concessão de um reajuste de 5% para todos os servidores do Executivo federal em ano eleitoral. O aumento seria dado a partir de julho, custaria cerca de R\$ 5 bilhões para os cofres públicos em 2022 e contemplaria mais de 2 milhões de pessoas, entre servidores, aposentados e pensionistas.

Seria uma "alternativa" para tentar distribuir de forma mais equânime o aumento de salário reivindicado por servidores de diversos órgãos públicos, como **Receita Federal**, Banco Central e Tesouro Nacional, que fizeram paralisações e intensificaram o movimento nas últimas semanas depois de o presidente Jair Bolsonaro prometer no ano passado aumentar os vencimentos apenas de policiais federais.

O reajuste geral esbarra no teto de gastos (regra que atrela despesas à **inflação**), que hoje não tem espaço para novas despesas.

Na semana passada, a equipe econômica bloqueou R\$ 1,7 bilhão em gastos de 2022 para não romper o limite fiscal.

Ou seja, para dar aumento de pessoal, R\$ 5 bilhões de despesas teriam de ser cortadas para não ultrapassar o teto.

Para o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, o reajuste de 5% seria insuficiente e "uma verdadeira afronta" aos servidores.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado aprova projeto que obriga União a pagar perícias do INSS antecipadamente

Raquel Lopes e Renato Machado

O Senado aprovou nesta quarta-feira (30) o projeto de lei que obriga a União a pagar antecipadamente os gastos com honorários periciais nos processos judiciais nas ações em que o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) figure como parte.

O projeto de lei é uma tentativa de resolver o problema da paralisação dos processos judiciais envolvendo o **INSS**, travados desde setembro do ano passado por falta de pagamento para as perícias.

A proposta também determina que os cidadãos que perderem a ação sejam obrigados a arcar com os gastos dessas perícias -exceto nos casos de gratuidade judicial, com pessoas sem condições financeiras. A obrigatoriedade de restituição em processos judiciais por parte de derrotados, no entanto, já está prevista como regra geral no Código de Processo Civil.

A proposta foi aprovada de maneira simbólica pelos senadores. Como concluiu sua tramitação no Congresso, segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL).

A questão das perícias médicas se tornou um problema a partir de setembro do ano passado, quando foram paralisados os processos judiciais por falta de pagamento para essas análises. Segurados não conseguiam agendar perícias e por isso não tinham resposta para seus pleitos para obterem benefícios por incapacidade, como aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.

A falta de pagamento é consequência do fim da vigência de uma legislação aprovada em 2019, elaborada para socorrer financeiramente os tribunais. Desde a instituição do teto dos gastos, os tribunais passaram a enfrentar dificuldades para arcar com as perícias nos processos envolvendo o **INSS**.

O Congresso Nacional aprovou em 2019 uma legislação que obrigava a União a arcar com esses gastos. No entanto, a lei teria um caráter provisório e venceu em setembro do ano passado, interrompendo os pagamentos das perícias.

A nova proposta, de autoria do senador Sérgio

Petecão (PSD-AC), previa a prorrogação até o fim de 2024 do pagamento por parte da União aos respectivos tribunais dos honorários periciais nas ações em que o **INSS** figure como parte. O texto acabou aprovado pelos senadores em fevereiro deste ano.

A proposta sofreu diversas mudanças durante sua tramitação na Câmara. Os parlamentares daquela Casa acrescentaram dispositivos que tratam dos honorários periciais e de requisitos para dar entrada em processos e medidas cautelares em ações envolvendo benefícios por incapacidade.

Com a nova lei, o Executivo será o responsável por antecipar o pagamento das perícias solicitadas pela justiça nos casos envolvendo o INSS.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49866&anchor=6453117&pd=1301706ccd27e54bb16dfa126f9f6133>

Substitutos buscam apoio do Centrão ao assumir ministérios

JUSSARA SOARES E JULIA LINDNER
polrtica@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

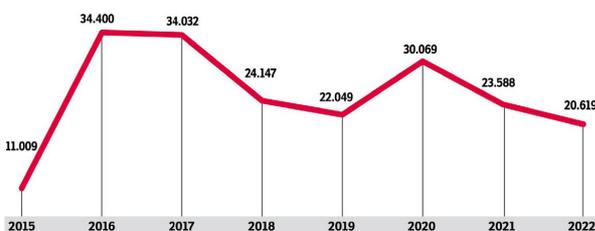
Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Contas públicas registram déficit

No vermelho

O déficit registrado em fevereiro é o menor para o mês desde 2015, quando o governo central acumulou um resultado negativo de R\$ 11,1 bilhões (valor corrigido pela inflação).

Mês de referência: fevereiro (em milhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional



Michelle Portela

As contas públicas do governo central registraram um déficit primário de R\$ 20,6 bilhões em fevereiro de 2022, de acordo com dados do Tesouro Nacional divulgados nesta quarta-feira (30). O rombo é o menor para o mês nos últimos sete anos.

O resultado primário agrega receitas e despesas do Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central. E não inclui o pagamento dos juros da dívida pública e outros encargos.

Para o Tesouro, o resultado é semelhante ao de fevereiro de 2021, quando o governo central apresentou déficit de R\$ 21,3 bilhões em valores nominais.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,3 bilhão, enquanto a **Previdência Social** (RGPS) apresentou déficit de R\$ 19,3 bilhões. Com o resultado de fevereiro, o acumulado no ano totaliza um superávit primário de R\$ 56 bilhões, o melhor para o período desde 1997, frente a um superávit de R\$ 22,2 bilhões no mesmo período de 2021.

"Esse cenário mais favorável para as contas públicas ampara a melhora recente nas condições financeiras do país, num momento de grandes incertezas no ambiente geopolítico. A continuidade desse processo depende, no entanto, do prosseguimento do trabalho

de consolidação fiscal em curso, centrado no respeito ao teto de gastos, na medida em que a dívida pública brasileira ainda se encontra em patamar elevado", apontou o relatório do Tesouro.

O déficit de fevereiro é o primeiro após cinco meses de superávit primário das contas públicas. Os resultados positivos foram registrados de setembro de 2021 a janeiro de 2022, em meio a recordes de arrecadação.

O governo, no entanto, anunciou recentemente cortes de **impostos** que terão impacto nas receitas públicas.

Segundo o Tesouro Nacional, o saldo nas contas públicas está relacionado com pagamento de benefícios e auxílios do Programa Auxílio Brasil, em fevereiro de 2022, no montante de R\$ 7,4 bilhões; aumento das despesas livres (R\$ 2,5 bilhões), com destaque para a função Saúde (R\$ 1 bilhão); acréscimo de R\$ 1,8 bilhão nos gastos com subsídios, Subvenções e Proagro (com destaque para R\$ 1,4 bilhão em Proagro); aumento de R\$ 1,7 bilhão no pagamento de créditos extraordinários devido à aquisição de vacinas; queda de R\$ 2,6 bilhões nos gastos com pessoal e encargos sociais.

Dez ministros deixam o governo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187179

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187179

Bolsonaro deve bloquear R\$ 1,7 bi em emendas de relator em ano eleitoral

Idiana Tomazelli

Após blindar as verbas de parlamentares na sanção do Orçamento de 2022, o governo Jair Bolsonaro (PL) deve promover um bloqueio de R\$ 1,7 bilhão nos recursos de aliados indicados por meio das emendas de relator.

Prevista para esta quinta-feira (31), a medida já enfrenta resistência dos parlamentares, que contam com esses recursos para irrigar suas bases em ano de eleições -quando muitos buscarão novo mandato.

O bloqueio é necessário para evitar furar o teto de gastos, âncora fiscal que limita o crescimento das despesas à inflação. Com a alta de gastos com pessoal e subsídios do Plano Safra, é preciso segurar outras despesas para evitar um estouro do teto.

A revisão bimestral do Orçamento foi divulgada na semana passada pelo Ministério da Economia. O valor do bloqueio foi antecipado pela Folha.

O prazo para o governo editar o decreto de programação de despesas e anunciar os alvos da tesourada termina nesta quinta-feira.

A decisão de mirar as emendas de relator busca preservar o funcionamento dos ministérios em um momento de crescente insatisfação dos servidores diante da restrição de recursos para manter suas atividades.

Além disso, a execução desse tipo de emenda nos três primeiros meses do ano é considerada baixíssima, o que motivou a decisão dos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Paulo Guedes (Economia) no âmbito da JEO (Junta de Execução Orçamentária).

Dos R\$ 16,5 bilhões disponíveis em emendas de relator, apenas R\$ 332,7 mil foram empenhados (primeira fase do gasto, quando o órgão se compromete com determinada obra, compra ou contratação de serviço), até quarta-feira (30). O valor equivale a 0,002% do total, segundo o Painel do Orçamento Federal.

Segundo fontes do governo ouvidas pela Folha, a ideia é promover um corte linear em todas as emendas de relator, exceto os R\$ 8,25 bilhões reservados para

a saúde.

Com isso, os ministérios da Agricultura, Educação, Defesa, Cidadania, Mulher e do Desenvolvimento Regional devem sofrer um bloqueio de aproximadamente 21% de suas dotações de emendas de relator.

A medida é temporária e pode ser revertida futuramente, em novas avaliações do Orçamento, caso haja espaço disponível no teto de gastos.

Antes mesmo de o bloqueio ser efetivado no decreto, congressistas se mobilizaram para tentar interceptar o movimento do governo e evitar restrições às emendas de relator. Para isso, modificaram um projeto de lei enviado pelo governo para fazer alterações na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2022.

A equipe econômica havia sugerido incluir na LDO uma autorização expressa para bloquear os recursos das emendas de relator e de comissão, além das outras despesas discricionárias do Executivo. O objetivo era dar maior segurança jurídica à operação.

Na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o texto foi modificado pelos parlamentares para permitir bloqueios apenas nas discricionárias do Executivo, sem alcance sobre as emendas de relator.

Caso essa versão prevaleça, as verbas dos congressistas ficariam blindadas independentemente da vontade política de Bolsonaro.

Como o texto ainda não passou pelo crivo do plenário do Congresso Nacional, fica valendo a regra vigente, que não especifica quais despesas não obrigatórias estão sujeitas ao bloqueio -o que permite a suspensão temporária de parte das emendas de relator.

Técnicos do governo afirmaram à Folha que, com base nas normas atuais, é possível realizar o bloqueio decidido na JEO.

De toda forma, aliados do governo tentam mudar a proposta que altera a LDO em nova votação na CMO nesta quinta-feira (31). O objetivo é assegurar que eventuais bloqueios futuros também possam incidir sobre as verbas dos congressistas.

As emendas de relator são um instrumento criado pelo Congresso para direcionar recursos aos redutos eleitorais de parlamentares aliados ao Palácio do Planalto.

O valor previsto se soma aos R\$ 16,8 bilhões já reservados pela Constituição para as chamadas emendas individuais e de bancada, que têm critério mais equânime de distribuição entre aliados e membros da oposição.

No início do ano, Bolsonaro vetou R\$ 3,2 bilhões em despesas de custeio e investimentos de ministérios, atingindo verbas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), de combate a incêndios florestais, entre outros gastos voltados ao funcionamento dos ministérios.

A tesourada inicial, porém, poupou integralmente os R\$ 16,5 bilhões reservados para as emendas de relator, que se transformou em um dos principais instrumentos de negociação política com o Congresso na gestão Bolsonaro.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/bolsonaro-deve-bloquear-r-17-bi-em-emendas-de-relator-em-ano-eleitoral.shtml>

INSS paga aposentadorias e pensões referentes a março a novo grupo; veja quem recebe

Por g1

Nesta quinta-feira (31), tiveram os benefícios referentes ao mês de março liberados aposentados e pensionistas que recebem até 1 salário mínimo com Número de Identificação Social (NIS) final 5.

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) deu início, na última sexta-feira (25), aos pagamentos dos benefícios para aposentados e pensionistas referentes a março. Ao longo da semana, serão liberados benefícios a outros aposentados e pensionistas. Confira abaixo o calendário de pagamento de benefícios.

O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Valores das contribuições ao **INSS** mudam a partir de fevereiro; entenda Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087,22. Veja calendário de benefícios Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Atualmente, são mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde 1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

Como consultar benefícios

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O

atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h; O segurado pode acessar o site Meu **INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício; A consulta do benefício também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/31/inss-paga-aposentadorias-e-pensoes-referentes-a-marco-a-novo-grupo-veja-quem-recebe.ghtml>

Governo publica substituição de nove ministros que devem ser candidatos em outubro; veja lista

Por Pedro Henrique Gomes e Guilherme Mazui, g1 - Brasília

O governo federal publicou nesta quinta-feira (31), no Diário Oficial da União, a substituição de nove ministros que serão candidatos nas eleições de outubro. As trocas serão anunciadas também em uma cerimônia no Palácio do Planalto, pela manhã, com a presença do presidente Jair Bolsonaro.

A Lei de Inelegibilidades, de 1990, define que os ministros que desejam se candidatar precisam deixar os cargos até seis meses antes do primeiro turno - a ideia é evitar que eles usem os cargos para obter vantagem eleitoral. Em 2022, esse prazo termina no próximo sábado (2).

Alguns dos ministérios que passarão pela mudança nesta quinta vão promover cerimônias próprias de transferência dos cargos, à tarde.

Está prevista, ainda, a troca de comando do Exército: o general Marco Antônio Freire Gomes assume a chefia da Força. O atual comandante, Paulo Sergio Nogueira, será o novo ministro da Defesa. Braga Netto, atual ministro da Defesa, deixa o cargo - ele é cotado como vice na chapa de reeleição de Jair Bolsonaro.

A GloboNews já havia antecipado a maior parte das mudanças. Veja no vídeo abaixo:

Dança das cadeiras

Confira, abaixo, quem sai dos ministérios e pode se candidatar nas eleições de outubro - e quem assume o comando das pastas:

INFRAESTRUTURA

Quem sai: Tarcísio de Freitas, pré-candidato ao governo de São Paulo; Quem entra: Marcelo Sampaio, que era secretário-executivo do ministério.

Marcelo Sampaio era o secretário-executivo da Infraestrutura, número 2 na estrutura do ministério. Analista do Ministério da Economia, é engenheiro civil

e tem mestrado em planejamento de transporte pela Universidade de Brasília.

CIDADANIA

Quem sai: João Roma, pré-candidato ao governo da Bahia. Volta à Câmara dos Deputados; Quem entra: Ronaldo Vieira Bento, que chefiava a assessoria de Assuntos Estratégicos do ministério.

Ronaldo Vieira Bento chefiava a área de Assuntos Estratégicos do ministério. Segundo a pasta, é servidor público federal, tem graduação em Direito e em Administração pela Universidade Católica de Salvador e fez mestrado em Direito pelo Instituto Brasiliense de Direito Público.

MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS

Quem sai: Damares Alves, pré-candidata ao Senado ou a Câmara dos Deputados; Quem entra: Cristiane Britto, que era secretária nacional de Políticas para as Mulheres.

Advogada especializada em Direito Eleitoral e em marketing político, Cristiane Rodrigues Britto era a secretária nacional de Políticas para Mulheres do ministério.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Quem sai: Marcos Pontes, pré-candidato a deputado federal por São Paulo. Quem entra: Paulo Alvim, que era secretário de Inovação do ministério.

Paulo Alvim estava no cargo de secretário de Empreendedorismo e Inovação do ministério. Engenheiro civil e mestre em Ciência da Informação, ao longo da carreira ocupou cargos em diferentes ministérios, no governo do Distrito Federal e no Sebrae.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Quem sai: Onyx Lorenzoni, pré-candidato ao governo do Rio Grande do Sul. Volta à Câmara dos Deputados; Quem entra: José Carlos Oliveira, que presidia o

Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

José Carlos Oliveira estava desde novembro como presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Formado em Administração, é servidor concursado do **INSS** desde 1985. Foi superintendente estadual em São Paulo de 2016 a 2021.

SECRETARIA DE GOVERNO

Quem sai: Flávia Carolina Peres, pré-candidata ao Senado no Distrito Federal. Volta à Câmara dos Deputados. Quem entra: Célio Faria Junior, que era chefe do gabinete pessoal de Bolsonaro.

Servidor público federal e economista, Célio Faria Júnior chefiava o Gabinete Pessoal de Bolsonaro. Antes, atuou na assessoria de relações institucionais da Marinha, participou da transição de governo e foi assessor-chefe da assessoria especial do presidente.

AGRICULTURA

Quem sai: Tereza Cristina, pré-candidata ao Senado no Mato Grosso do Sul. Volta à Câmara dos Deputados. Quem entra: Marcos Montes, ex-deputado, que era secretário-executivo do ministério.

Médico, ex-deputado federal e ex-prefeito de Uberaba (MG), Marcos Montes era o secretário-executivo do ministério. O político mineiro ficou por três mandatos na Câmara dos Deputados e presidiu a Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida como bancada ruralista.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Quem sai: Rogério Marinho, pré-candidato ao Senado no Rio Grande do Norte; Quem entra: Daniel de Oliveira Duarte Ferreira, que era secretário-executivo da pasta.

Engenheiro civil com especialização em gestão pública, Daniel de Oliveira Duarte Ferreira é analista de infraestrutura e era o secretário-executivo do ministério. Foi diretor do Departamento de Produção Habitacional da Secretaria Nacional de Habitação.

TURISMO

Quem sai: Gilson Machado, pré-candidato ao Senado em Pernambuco; Quem entra: Carlos Brito, que era diretor-presidente da Embratur.

Carlos Brito era o diretor-presidente da Embratur, órgão vinculado ao Ministério do Turismo. Formado em Administração, com MBA em Marketing e Publicidade, fez carreira na iniciativa privada. Foi

diretor de gestão interna da Embratur antes de assumir a presidência da agência.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/03/31/governo-publica-substituicao-de-nove-ministros-que-devem-ser-candidatos-em-outubro-veja-lista.ghtml>

Tensão entre reajuste e greve



A fim de conter a pressão do funcionalismo por reposições salariais, o governo estuda a concessão de um reajuste de 5% para todos os servidores do Executivo federal. A medida custaria aos cofres públicos cerca de R\$ 5 bilhões em 2022.

Para que isso ocorra, no entanto, o governo precisará fazer uma revisão orçamentária, adicionando os R\$ 5 bilhões para o reajuste.

Na semana passada, ao divulgar a Revisão Bimestral de Receita de Despesas, o governo federal anunciou o bloqueio de R\$ 1,7 bilhão no Orçamento de 2022 para cumprir o teto de gastos deste ano.

Será preciso, portanto, encontrar uma equação que atenda as diversas categorias de servidores, em um ano eleitoral, e a necessidade de respeitar as medidas de controle fiscal.

Discute-se, nos bastidores da Esplanada, se o limite para definir os reajustes seria 2 de abril, prazo final estabelecido pela legislação eleitoral, ou junho, em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A norma proíbe a criação de despesa até seis meses antes do fim do mandato.

Para o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, a ausência de política salarial desde 2019 elevou as perdas do funcionalismo para 30%. "Então, conceder 5% a partir de 2 de abril, conforme possibilita a legislação eleitoral, é completamente insuficiente para recompor o poder de compra dos salários. Pior, é uma verdadeira afronta a mais de 1 milhão de servidores federais civis, ativos e aposentados", protestou.

"Greve severa"

Servidores públicos do Banco Central (BC) afirmaram ontem que, se a categoria não estiver incluída na medida provisória com o reajuste para os

policiais, a greve será mais "severa" e poderá interromper, total ou parcialmente, o Pix - sistema de pagamento instantâneo. No início da semana, o grupo anunciou greve por tempo indeterminado a partir de 1º de abril, após se reunir em uma assembleia e ter a adesão de 90% do quadro de servidores.

"Se os técnicos e analistas do BC não estiverem nesta Medida Provisória, a greve será ainda mais forte e poderá interromper, total ou parcialmente, o Pix, a distribuição de moedas e cédulas, a divulgação do boletim Focus e de diversas taxas, o funcionamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a mesa de operações do Demab e outras atividades", advertiu, em nota, o Sindicato Nacional de Funcionários do Banco Central (Sinal).

O presidente do Sinal, Fábio Faiad, observou que a greve dos servidores da autarquia respeitará a Lei de Serviços Essenciais, mas lembrou que o Pix e outras atividades do BC não se encontram dentro do escopo da lei, portanto, podem sofrer paralisações parciais e até totais.

Na terça-feira, o BC emitiu nota para informar que possui planos de contingência para assegurar serviços essenciais à população, como o Pix. "(A autarquia) Tem planos de contingência para manter o funcionamento dos sistemas críticos para a população, os mercados e as operações das instituições reguladas, tais como STR, Pix, Selic, entre outros", diz o Banco Central.

Atos públicos

A semana tem sido marcada por manifestações e atos dos **servidores públicos** federais de diversas categorias em Brasília. Ontem, funcionários públicos participaram de uma caminhada com paradas em três ministérios: Saúde, Trabalho e Previdência e Economia.

A finalidade é exigir do governo a abertura imediata das negociações para a recomposição salarial emergencial de 19,99%.

O movimento ressalta que os servidores estão há cinco anos com os salários congelados. As categorias afirmam que, desde o início do ano, buscam diálogo para reparar a defasagem salarial, porém o governo segue sem aceitar negociação.

Estados gastam menos com segurança e sofrem pressão

Marta Watanabe e Cibelle Bouças De São Paulo e Belo Horizonte

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187179

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187179

PANDEMIA Anvisa aprova pílula da Pfizer para tratar Covid

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou ontem a autorização temporária de uso emergencial do antiviral Paxlovid, produzido pela Pfizer. O medicamento é indicado para o tratamento de adultos que "não requerem oxigênio suplementar e que apresentam risco aumentado" de desenvolvimento da forma grave da doença. "Todos os processos de medicamentos e vacinas contra a Covid-19 submetidos à Agência foram exaustivamente avaliados por uma equipe multidisciplinar de **servidores públicos** que empenharam todas os seus esforços para que, no Brasil, fosse dado acesso a diferentes vacinas e tratamentos", ressaltou a diretora e relatora do processo, Meiruze Freitas.

A diretora também ressaltou que o medicamento não substitui a vacina, que continua sendo "a melhor estratégia para evitar a Covid-19, as hospitalizações e os óbitos". O medicamento é um antiviral de uso oral composto por duas substâncias (nirmatrelvir e ritonavir). Estudo apresentado pela empresa aponta que ele reduziu em 89% o número de hospitalizações e mortes.

O pedido de liberação para uso emergencial foi apresentado à Agência pela Pfizer em 16 de fevereiro. Na decisão de aprovação, a Anvisa explicou que o remédio não deve ser usado em casos graves ou críticos da doença.

O Paxlovid também não deve ser usado por mais de cinco dias. Paciente com insuficiência renal grave ou falha renal, e mulheres grávidas também não devem tomar o remédio. É recomendado, ainda, que seja evitada a gravidez durante o tratamento e até sete dias após o término. Além disso, o medicamento deve ser acompanhado de explicação do farmacêutico ao usuário sobre a dosagem, modo de uso e possíveis efeitos.

Site: <https://opopular.com.br/digital/31-marco-2022/10-caderno>

CNC defende ajustes na PEC 110, que trata da reforma tributária - COMÉRCIO EM PAUTA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Cancelamento do regime tributário especial ameaça indústria química

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187179

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187179

Número de filiais de empresas estrangeiras interessadas em vir para o Brasil bate recorde em 2021

Eliane Oliveira

31/03/2022 - 08:00 / Atualizado em 31/03/2022 - 08:04

Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Caio Mario Paes de Andrade Foto: Divulgação

BRASÍLIA - No ano passado, o Brasil alcançou a marca histórica de 36 empresas do exterior que pediram para se instalar no país. Dados do Ministério da Economia mostram que, entre 2019 e 2021, foram autorizadas 92 solicitações de filiais estrangeiras, enquanto nos três anos anteriores, de 2016 a 2018, foram 21 autorizações.

- Hoje, as empresas estrangeiras conseguem a autorização em três dias. Antes, o processo levava, em média, 45 dias. Esse é mais um resultado do grande esforço que temos feito para agilizar o processo de abertura de novos negócios no Brasil - disse o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Caio Mario Paes de Andrade.

Segundo Andrade, a expansão do número de interessados se deve à simplificação do processo de abertura de filiais de firmas estrangeiras no Brasil. Ele destacou que a digitalização do serviço facilitou a vida dos interessados em investir no país e ainda dos profissionais brasileiros que atuam com o registro de empresas.

- Com o pedido sendo analisado através do GOV.BR (plataforma <https://www.gov.br/pt-br>), reduzimos a burocracia e incentivamos o investimento do capital estrangeiro no país - afirmou.

O secretário enfatizou que, antes de 2019, quando a digitalização foi implementada, era preciso entregar toda a documentação em duas vias, pessoalmente ou pelos Correios, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei) do Ministério da Economia.

Com o uso da plataforma GOV.BR e a delegação de competência ao Drei, o processo de autorização se

tornou mais rápido e eficiente.

- Trabalho para empresas estrangeiras que precisam abrir filial no Brasil devido à exigência da legislação brasileira e já utilizei a plataforma várias vezes.

Nosso trabalho como advogados empresariais ficou muito mais eficiente com a digitalização do serviço - disse a advogada Júlia Mota.

Os pedidos de abertura de filiais podem ser feitos por meio de um representante legal na Plataforma GOV.BR, após preenchimento de cadastro, criação de uma conta e envio da documentação necessária para análise da equipe do Drei via Internet

Em caso de aprovação, tanto a autorização quanto os documentos que devem ser apresentados à junta comercial estarão disponíveis ao usuário na plataforma.

Na ausência de algum documento, o interessado será informado, via GOV.BR e e-mail, com prazo de até 60 dias para atender às exigências. Além do processo de instalação e funcionamento, a filial aprovada a se instalar no Brasil poderá, também por meio do GOV.BR, solicitar autorização para realizar alterações, cancelamento ou mesmo dar início à nacionalização da filial.

ENTENDA O NÓ DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL

Sistema complexo

O governo apresentou o projeto de lei que mexe com a tabela do Imposto de Renda, considerado a segunda parte da **reforma tributária**. A parte principal da reforma é a unificação dos **impostos**. Mas entrar em um acordo sobre como ela será feita é tão complexo quanto o próprio sistema tributário brasileiro. Estados e municípios temem perder uma fatia de suas arrecadações e são muitos os **impostos**.

Emaranhado de **impostos**

O Brasil tem, pelo menos, cinco **tributos** embutidos nos preços de bens e serviços: três cobrados pela

União (IPI, PIS e Cofins), um dos estados (ICMS) e um dos municípios (ISS). Só o ICMS tem 27 formatos diferentes, um para cada estado e o DF. Ou seja, para vender em outros estados, o empresário tem que pagar e conhecer os diferentes **tributos**.

Custo alto

Além da quantidade de **tributos**, o custo é alto. Um exemplo é a tributação geral de medicamentos, uma das maiores do mundo, em torno de 33%. Em países desenvolvidos é de cerca de 6%. Outro item essencial com carga tributária elevada, por exemplo, é o absorvente íntimo: 27% só de imposto.

Classificação

A classificação é outro problema recorrente. É perfume ou água de colônia? A alíquota da fórmula concentrada é 42%. Já a da fragrância mais leve, de 12%. "Uma grande diferença", segundo o especialista em direito tributário e da FGV, Gabriel Quintanilha.

Burocracia sem fim

O Brasil é o país em que as empresas gastam o maior número de horas com a burocracia dos **impostos**, segundo um relatório do Banco Mundial que avalia 190 países. Uma empresa brasileira gasta, em média, 1.501 horas por ano cuidando de obrigações relacionadas a **tributos**. É cinco vezes a média gasta pelos países de América Latina e Caribe.

Efeito cascata

Esse nó de tantas informações e cobranças dificulta a vida e o caixa das empresas, além de facilitar erros. Segundo a Endeavor, 86% das empresas brasileiras apresentam algum tipo de irregularidade no pagamento de seus **tributos**. Estas lacunas muitas vezes são por desconhecimento das muitas regras. Mesmo assim, podem gerar multas e despesas altas.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/numero-de-filiais-de-empresas-estrangeiras-interessadas-em-vir-para-brasil-bate-recorde-em-2021-1-25455929>

A Constituição e o propósito da Petrobras (Artigo)

***Ingo Plöger é empresário, presidente do Conselho
Empresarial da América Latina (Ceai).***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187179](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187179)

Site:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/1
87179](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187179)

Receita da Globo alcança R\$ 14,4 bi em 2021

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187179?page=14§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187179?page=14§ion=2

Na bolsa brasileira, Ibovespa em alta e aberturas de capital em baixa - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

Depois de um 2021 tenebroso, o Ibovespa, principal índice da B3, a bolsa brasileira, parece ter virado a página da crise em 2022. No mês, acumula ganhos de 6%. No trimestre, o saldo positivo é de 15%, número que coloca o mercado acionário do país entre os de melhor desempenho do mundo. Até agora, os resultados favoráveis foram puxados pelos preços das commodities, que alcançaram os patamares mais elevados em muito tempo. É interessante notar que nem a guerra na Ucrânia ou a crise econômica interna ? os juros e a **inflação**, lembre-se, continuam a sua escalada ? foram suficientes para aplacar o ânimo dos investidores. Nem tudo, contudo, vai bem. Muitas empresas continuam desconfiando dos rumos do país

e preferem esperar a eleição para se expor no mercado. Desde o início do ano, 22 aberturas de capital foram canceladas, um recorde para o período. Segundo analistas, deverá ser assim no ano inteiro.

Vale desembolsa R\$ 3 bilhões em indenizações

Cerca de 3 mil pessoas firmaram acordos de indenização individual com a Vale em Barão de Cocais, Ouro Preto, Nova Lima e Itabirito, municípios que tiveram comunidades evacuadas em decorrência do aumento do nível de emergência de barragens em Minas Gerais. Os valores pagos superam R\$ 570 milhões. Se forem considerados os impactos provocados pelo rompimento da barragem B1, em Brumadinho, a Vale já fechou acordos de indenização com 13 mil pessoas. Juntos, os acordos totalizam mais de R\$ 3 bilhões.

Codesa é arrematada em leilão por R\$ 106 milhões

A privatização do setor portuário começa a se tornar realidade. Ontem, a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), responsável pela administração dos portos de Vitória e de Barra do Riacho, foi arrematada pelo fundo de investimentos Shelf 119 Multiestratégia, da gestora Quadra Capital. O lance vencedor totalizou R\$ 106 milhões e o contrato de concessão é por 35 anos, prorrogáveis por mais cinco. Agora, o próximo passo é a venda de outros portos públicos, como o de Santos (SP) e Itajaí (SC).

Bons resultados animam Citi a investir mais no Brasil

O banco americano Citi estabeleceu uma meta ousada para as operações no mercado brasileiro: crescer 50% nos próximos três anos. O projeto, claro, é ótimo para o país, já que exigirá um novo ciclo de investimentos e de contratações. Por exemplo: os atuais 1,9 mil funcionários passarão a ser 2,2 mil. Os bons resultados obtidos por aqui incentivaram o Citi a definir a nova estratégia. Em 2021, o banco teve lucro líquido de R\$ 1,7 bilhão no Brasil, um crescimento de 36% sobre 2020.

Reputação duvidosa na mineração

Causou estranheza, no setor da mineração, a notícia de que a J F, a holding dos irmãos Joesley e Wesley Batista, se mostrou disposta a entrar no segmento por meio de participação em um leilão milionário previsto para as próximas semanas. Tudo porque, em geral, uma das condições para participar de leilões é a reputação ilibada dos pretendentes.

E Joesley tem, no seu histórico recente, as investigações da operação Lava-Jato sobre organizações criminosas que pagavam propina a agentes públicos e políticos, que culminaram com a sua prisão em 2018. Será que, mesmo com a lembrança desse fato, sua holding terá êxito?

87%

foi quanto cresceu o faturamento da Fórmula 1 em 2021, chegando a US\$ 2,1 bilhões, conforme balanço divulgado pela Liberty Media. Com o impulso da série da Netflix Drive to Survive, a modalidade ganhou novos fãs

RAPIDINHAS

A geração e análise de dados são fundamentais para a ampliação, manutenção e construção de rodovias. Nesse contexto, a startup Concremat desenvolveu para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) um software inédito de monitoramento de tráfego com 340 equipamentos espalhados por estradas brasileiras.

» Criado em parceria com o grupo Certare, o sistema mapeia o movimento das rodovias 24 horas por dia. As informações coletadas, como volumetria de veículos e índices de acidentes, auxiliam o DNIT em tomadas de decisão sobre aplicação de recursos, duplicação de rodovias e nível de degradação das estradas.

» O banco BTG Pactual vai comprar o controle acionário do Banco Econômico, que está em liquidação extrajudicial, assim como o de suas subsidiárias. Segundo o BTG, a operação faz parte da estratégia de investimentos da área de special situations, focada na recuperação de empresas em dificuldades. Os valores do negócio não foram revelados.

» Quase a metade (48%) dos brasileiros acha que a publicidade exibida nas diversas mídias é sexista.

O estudo foi realizado pela agência francesa Teads e revela que a exploração do corpo feminino nas campanhas é uma estratégia equivocada das empresas. A pesquisa também detectou que na América Latina o índice é menor (43%).

Pessimismo em alta (Editorial)

A nefasta combinação de **inflação** e desemprego elevados impulsiona piora sensível da percepção do eleitorado sobre as condições da economia brasileira, como sugere a pesquisa Datafolha realizada nos dias 11 e 23 de março.

Os que esperam agravamento geral da situação somam 40% dos entrevistados no país, o dobro exato dos 20% que declaravam expectativa pessimista em dezembro. Para 74%, a alta dos preços vai aumentar, enquanto 50% preveem o mesmo para a taxa de desocupação.

É plausível que o encarecimento brusco dos combustíveis no início deste mês tenha tido influência considerável na deterioração dos humores da opinião pública. Há mais a listar, entretanto.

O perfil da **inflação** nos últimos meses, com grande peso de produtos cujo consumo não pode ser significativamente reduzido, é especialmente cruel com os mais pobres. São 24% os que relatam que a quantidade de comida em casa é insuficiente para a família -parcela similar às apuradas em maio (25%) e dezembro (26%) de 2021.

Note-se que de lá para cá foi instituído o Auxílio Brasil, versão ampliada do Bolsa Família com a qual o presidente Jair Bolsonaro (PL) procurou ampliar suas chances de reeleição. O Datafolha apurou que 23% dos brasileiros vivem em domicílios atendidos pelo programa, mas que 68% dos beneficiários consideram os valores insuficientes.

Todas as percepções negativas têm sua razão de ser, dadas as frustrações com a retomada da economia do país depois de superado o pior do impacto da pandemia. Mas, se nenhum especialista espera um desempenho brilhante neste ano, restam fatores que podem alterar o quadro e as expectativas.

Analistas projetam uma redução da **inflação** nos próximos meses, mas, mesmo que tal prognóstico se confirme, o IPCA deve registrar variação de ao menos 6% neste ano -muito acima da meta fixada pelo Banco Central, de 3,5%. A instituição já indicou que deve subir a taxa básica de juros dos atuais 11,75% para 12,75% anuais.

Mesmo com o arrocho monetário, contudo, a atividade econômica pode se beneficiar do aumento da demanda em serviços com a melhora da situação sanitária. Há também a valorização dos produtos

primários exportados pelo país, acentuada pela guerra na Ucrânia, que favorece a moeda nacional.

Outro fator é o rápido aumento da ocupação nos últimos meses, que já reduziu o desemprego ao patamar anterior à pandemia. Nesse cenário, pode haver algum incremento de renda adiante.

Tudo somado, não é implausível que a economia mostre alguma melhora de curto prazo mais à frente - sempre a depender, claro, de o governo não cometer novos erros.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49866>

Praticamente 1/3 dos desempregados busca vaga há 2 anos ou mais



Leonardo Vieceli

As dificuldades intensificadas pela pandemia elevaram a um patamar recorde a proporção dos brasileiros desempregados que buscam trabalho há pelo menos dois anos.

No quarto trimestre de 2021, período mais recente com dados disponíveis, 30,3% do total de desocupados no país estavam à procura de vagas por no mínimo 24 meses.

Em termos absolutos, isso quer dizer que 3,6 milhões de um universo de 12 milhões de desempregados tentavam ingressar no mercado de trabalho, sem sucesso, havia dois anos ou mais.

É a primeira vez que a porcentagem rompe a barreira dos 30% na Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). Os números foram compilados pela consultoria IDados, a pedido da Folha.

A série histórica da Pnad, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), tem início em 2012.

No quarto trimestre daquele ano, os desempregados de longo prazo (1,3 milhão) representavam 18,6% do contingente total em busca de trabalho no Brasil (6,7 milhões).

A pandemia começou a impor restrições no país no final do primeiro trimestre de 2020. Assim, dificultou a busca por vagas de quem já estava sem atuar antes da crise, segundo economistas.

"As pessoas que entraram no desemprego antes da pandemia estão tendo mais dificuldades para sair. Há muito impacto da crise para o número ter ido para cima", afirma o pesquisador Bruno Ottoni, da IDados.

"É uma situação bastante ruim para o trabalhador. Quanto mais tempo ele permanece sem emprego, mais difícil fica retornar para o mercado. Na hora de contratar, o empregador costuma dar preferência para quem está há mais tempo desempregado".

O economista Ely José de Mattos, professor da Escola de Negócios da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), vai na mesma linha. "A pandemia aprofundou as dificuldades. A crise aumentou o contingente de desempregados e a competição por vagas. Quem está desocupado há mais tempo sente mais", aponta.

Aida Herminio dos Santos, 63, está sem trabalhar há dois anos. Antes da crise sanitária, a moradora de Nova Iguaçu (RJ), na Baixada Fluminense, cuidava de idosos em casas de família, função que ela já havia desempenhado em um abrigo do Rio.

Com o início da pandemia e das restrições a atividades econômicas, as oportunidades desapareceram para Aida a partir de março de 2020.

"Parei de trabalhar nessa época, quando começaram a isolar as pessoas com mais de 60 anos. Não consegui mais nada. Nem faxina, nem bico de cuidadora", lamenta.

Em razão da crise, Aida diz que passou a depender da renda de programas sociais e de doações para sobreviver. Seu companheiro, relata, também está em busca de emprego.

"Não sobra dinheiro nem para o gás de cozinha. A saída é o fogão a lenha", conta.

Aida deseja retornar a todo custo para o mercado de trabalho. Diz amar a tarefa de cuidar de pessoas, mas não descarta migrar para outras funções -ela menciona que também já buscou, na pandemia, emprego em supermercado.

"O que mais quero é trabalhar. Quero voltar a ter uma vida normal. Sempre fui uma mulher independente.

Sempre corri atrás, mas, com a pandemia, a situação ficou muito difícil", afirma.

De acordo com microdados da Pnad Contínua levantados pela IDados, as mulheres representavam 62,6% (quase 2,3 milhões) do total de brasileiros que enfrentavam o desemprego de longa duração no quarto trimestre de 2021 (3,6 milhões). Os homens (quase 1,4 milhão) correspondiam aos demais 37,4%.

O levantamento da IDados também aponta que os negros formam a maioria dos desempregados de longo prazo.

Entre outubro e dezembro do ano passado, eles eram 63,9% (2,3 milhões) dos desocupados que buscavam trabalho por no mínimo dois anos. Os brancos (quase 1,3 milhão) representavam 35,4%.

No recorte por escolaridade, a fatia mais volumosa é a dos trabalhadores com ensino médio. Eles correspondiam a 50,8% dos desempregados de longo prazo (1,8 milhão do total de 3,6 milhões), conforme os microdados.

Na passagem do terceiro para o quarto trimestre de 2021, o número de desempregados há dois anos ou mais até recuou. Passou de 3,9 milhões, recorde da série histórica, para os 3,6 milhões.

No entanto, como a proporção deles em relação ao total de desocupados aumentou, há uma sinalização de que a retomada na geração de vagas para esse grupo tem sido mais lenta, dizem economistas.

"A situação melhorou de maneira geral do terceiro para o quarto trimestre do ano passado, mas a melhora foi mais expressiva para outros grupos, para quem estava desempregado por menos tempo", avalia o Ottoni, da IDados.

Economistas afirmam que a recuperação mais consistente do mercado de trabalho depende do crescimento da atividade econômica. O problema é que as previsões sinalizam baixo desempenho para o **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2022, em um cenário de **inflação** persistente e juros altos.

"É provável que o desemprego de longa duração caia, mas é difícil esse indicador mudar muito rapidamente. Para isso, precisaríamos de um crescimento econômico mais forte".

Segundo o boletim Focus, do BC (Banco Central), o mercado prevê leve avanço de 0,5% para o **PIB** deste ano.

"As projeções de crescimento arrefeceram com a

inflação e os juros altos no país. Essa combinação tende a frear o mercado de trabalho", diz o economista Ely José de Mattos, da PUCRS. "Não acho que vamos ter um novo ciclo de avanço do desemprego, mas a retomada deve ser adiada." A percepção da população sobre o mercado de trabalho, contudo, piorou recentemente. Conforme pesquisa Data-folha em março, 50% dos brasileiros acreditam em aumento do desemprego, enquanto 20% apostam em diminuição.

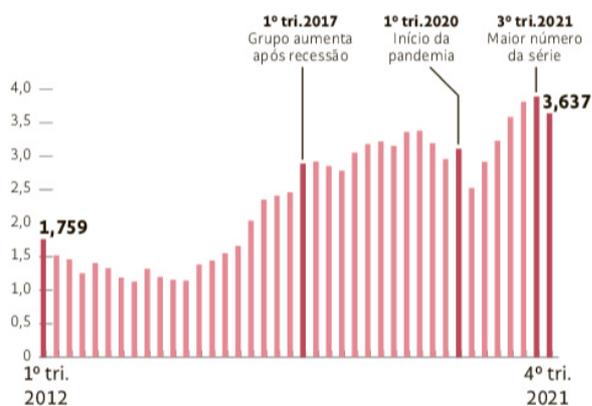
Em dezembro, o contingente que previa alta na desocupação e a parcela que projetava melhora no indicador estavam empatados, com 35% para cada um.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49866&anchor=6453117&pd=1301706ccd27e54bb16dfa126f9f6133>

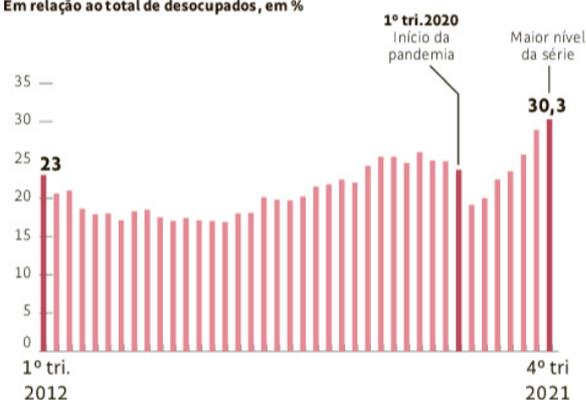
Dificuldades no mercado de trabalho

Desempregados há dois anos ou mais, em milhões



Percentual de desempregados há dois anos ou mais

Em relação ao total de desocupados, em %



Perfil dos desempregados há dois anos ou mais

No 4º tri. 21, em milhões

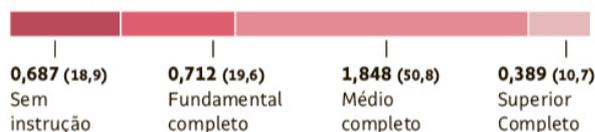
Sexo



Cor/raça



Nível de ensino



Idade



Fonte: Idados, a partir de números da Pnad Continua/IBGE

Falta vaga, cria-se uma empresa (Editorial)



Pelo número de empresas criadas no ano passado, mais de 4 milhões, a economia brasileira parece estar bombando. Mas é bom dar atenção a outros números antes de lançar o primeiro rojão.

Doze milhões de pessoas estavam desempregadas no trimestre final de 2021. Em milhões de casos, desempregado significa "sem condições de pagar as contas do dia a dia e de cuidar das crianças". O mesmo número, correspondente a 11,2% da força de trabalho, procurou uma vaga no trimestre móvel terminado em janeiro. Quem ainda manteve ou conseguiu alguma ocupação ganhou em média R\$ 2.447. Esse valor foi 10,7% menor que o rendimento médio habitual de um ano antes, descontada a **inflação**. Se havia prosperidade, onde estava escondida?

Convém levar em conta esses dados antes de festejar o aumento dos trabalhadores por conta própria.

Esse contingente cresceu 10,3% em um ano e chegou a 25,6 milhões de pessoas no trimestre novembro-janeiro.

A média anual do ano passado, de 24,9 milhões, foi 11,1% superior à de 2020. Estaria ocorrendo um notável surto de empreendedorismo, estimulado pela vitoriosa estratégia da gestão Bolsonaro?

A resposta é negativa. Criar uma empresa - microempresa, na maioria dos casos - pode ser simplesmente um meio de tentar sobreviver, quando o

emprego é muito escasso. Os trabalhadores informais, 38,9 milhões, corresponderam, no último levantamento, a 40,7% dos ocupados. Esse número inclui 12,4 milhões de empregados sem carteira assinada no setor privado.

O número de informais - assalariados e ocupados por conta própria - também é parte de um quadro muito ruim do mercado de trabalho e da atividade econômica. De cada 10 empresas criadas em 2021, quase 8 foram de microempreendedores individuais, informou o Estadão.

Tanto os números oficiais quanto os da Serasa Experian mostram as dimensões modestas da maior parte dos novos empreendimentos e deixam clara, também, a relação entre desemprego e novos microempresários.

"Por esses números, parece que o Brasil virou um celeiro de empreendedores", comentou o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi, antes de falar sobre a realidade sombria por trás da criação de microempresas.

Desde 2016, segundo ano da recessão deixada pela presidente Dilma Rousseff, o desemprego tem superado 10% da força de trabalho. Mas o contingente de pessoas em graves dificuldades é muito maior, porque inclui também os trabalhadores subocupados, os desalentados e aqueles fora do mercado, embora pudessem estar em busca de trabalho. O número de subutilizados diminuiu em um ano, mas continuou muito alto - 27,8 milhões, ou 23,9% da força de trabalho.

O crescimento de 4,6% em 2021 levou a economia de volta, com pequena folga, ao patamar pré-pandemia, mas foi insuficiente para inaugurar um período de maior dinamismo. Retomado o nível anterior à covid-19, a atividade continua muito lenta. O Ministério da Economia projeta para 2022 expansão de 1,5%.

O Banco Central estima 1%. O mercado, 0,5%. Nada muito promissor, enfim, em relação ao emprego.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A valorização da moeda brasileira vai ajudar no controle da inflação

*POR PAULA GALA**

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187179

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187179

Bolsonaro muda cúpula militar ao escolher Braga Netto como vice em chapa

EDUARDO GAYER BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro deflagra hoje uma **reforma ministerial** liberando dez dos 23 ministros para disputar as eleições deste ano, numa mudança com impacto direto na cúpula militar do País. Com a saída do general Braga Netto do Ministério da Defesa, cotado para ser o vice de Bolsonaro, o atual comandante do Exército, general Paulo Sérgio, será alçado à Esplanada.

A troca de comando pode levar a situação inédita: a promoção direta de um militar da chefia da Defesa, pasta que abriga as Forças Armadas, à chapa presidencial. O companheiro de Bolsonaro na disputa de 2018, o vice-presidente e general Hamilton Mourão, estava na reserva e presidia o Clube Militar.

O atual responsável pelo Comando de Operações Terrestres, Marco Antônio Freire Gomes, vai substituir Paulo Sérgio.

A mudança no Exército será formalizada em cerimônia no final da tarde, no dia em que o golpe militar de 1964 completa 58 anos. Os outros comandantes das Forças Armadas, tenente- brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior (Aeronáutica) e almirante Almir Garnier Santos (Marinha), devem permanecer nas cadeiras.

Para Gunther Rudzit, professor de relações internacionais da ESPM, especialista em Segurança Nacional, a escolha do comandante do Exército para ministro da Defesa tem pano de fundo eleitoral. "O que Bolsonaro tenta fazer é se aproximar do alto comando do Exército porque a eleição está se aproximando.

A ascensão do comandante do Exército é parte desse processo. Mas não significa que o alto comando está fechado com ele", disse Rudzit.

Confirmado ontem pelo vice- presidente da República, general Hamilton Mourão, o novo desenho para o Exército e o Ministério da Defesa foi selado em reunião no Palácio do Planalto na última segunda-feira com os chefes das Forças Armadas, Braga Netto e Bolsonaro.

LEGISLAÇÃO.

De saída do primeiro escalão do governo, Braga Netto

quer ficar legalmente apto para ser o vice de Bolsonaro nas eleições deste ano. Pela lei eleitoral, quem quiser disputar as eleições precisa se desincompatibilizar de cargos públicos, salvo em caso de reeleição, até seis meses antes do primeiro turno - neste caso, em 2 de abril.

O novo comandante do Exército já havia sido cotado para assumir o posto ainda no ano passado, no lugar de Paulo Sérgio, mas foi preterido.

Freire Gomes é considerado um legalista por ter se colocado ao lado do governador do Ceará, Camilo Santana (PT), e enviado as tropas para as ruas do Estado quando houve um motim de policiais em 2020. À época, o general era comandante no Nordeste.

Também deixarão o governo para disputar as eleições os ministros Tarcísio de Freitas, João Roma, Onyx Lorenzoni, Flávia Arruda, Tereza Cristina, Rogério Marinho, Gilson Machado, Marcos Pontes e Damara Alves.

"O que Bolsonaro tenta fazer é se aproximar do alto comando do Exército porque a eleição está se aproximando." Gunther Rudzit Professor da ESPM

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Medicamentos ficarão 10,8% mais caros a partir de amanhã



Prepare o bolso. Governo deve bater o martelo hoje sobre reajustes dos remédios; farmácias irão repassar rápido para consumidor

RENATO ALVES E GABRIEL RODRIGUES

Farmácias não trabalham com grandes estoques, e repasse é imediato

Os preços dos medicamentos terão aumento de 10,89%. Os novos valores devem entrar em vigor a partir do fim de semana.

A informação é do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

O reajuste ainda precisa ser autorizado pelo governo federal, mas a entidade destaca, em nota oficial, que, pela lei, a recomposição anual de preços poderá ser aplicada a partir desta quinta-feira (31), "em cerca de 13 mil apresentações de medicamentos disponíveis no mercado varejista brasileiro". Ou seja, os medicamentos podem ficar mais caros já amanhã.

O percentual de reajuste é um valor máximo que pode ser aplicado pelos fabricantes.

O índice leva em conta a **inflação** e o fator Y, divulgado na terça-feira (29) pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), que calcula os custos de produção não captados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a **inflação** oficial -, como variação cambial, tarifas de eletricidade e variação de preços de insumos.

No ano passado, o reajuste autorizado foi de até 10,08% para os medicamentos, ante uma **inflação** de 4,52% no ano anterior.

Para este ano, o mercado financeiro prevê uma **inflação** em quase 11%.

O governo controla o reajuste de preços de medicamentos periodicamente - estabelecendo o aumento máximo que esses produtos podem atingir no mercado brasileiro - por meio do CMED, órgão vinculado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Com a publicação da resolução da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), que deve ser divulgada até esta sexta-feira (1º), os efeitos da alta de 10,89% do preço dos medicamentos devem começar a ser sentidos pelo consumidor já na próxima semana, segundo o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais (Sincofarma).

"Nossos estoques não são grandes, temos que repassar imediatamente. É possível fazer promoções, mas em cima da nova base de preços. Nesta semana, já estamos recebendo menos produtos, e a indústria diz ser por aumento de vendas, mas, quando eles chegarem novamente, serão com os novos preços. Já temos movimento maior nesta semana de pessoas que souberam do aumento e precisam de remédio de uso contínuo", afirma o vice-presidente do sindicato, Rony Rezende.

ESTOQUES. Já o Sindusfarma argumenta, por meio de nota, que o reajuste "não é automático nem imediato, pois a grande concorrência entre as empresas do setor regula os preços: medicamentos com o mesmo princípio ativo e para a mesma classe terapêutica (doença) são oferecidos no país por vários fabricantes e em milhares de pontos de venda", informou.

"É importante o consumidor pesquisar nas farmácias e drogarias as melhores ofertas dos medicamentos prescritos pelos profissionais de saúde. Dependendo da reposição de estoques e das estratégias comerciais dos estabelecimentos, aumentos de preço podem demorar meses ou nem acontecer", completa o presidente executivo da entidade que representa o setor, Nelson Mussolini.

Consumidora disse que vai estocar antes do aumento

Para escapar ao aumento pelo menos durante algum tempo, a professora Nilma Borges, 55, pretende comprar, ainda nesta semana, algumas caixas dos medicamentos que toma desde que retirou a tireoide devido a um câncer.

"Meus remédios ficam em torno de R\$ 200 por mês e tenho cadastro em laboratórios para conseguir descontos. Minhas receitas não ficam retidas, mas as da minha mãe ficam, então não dá para estocar duas, três caixas, além de o preço ser alto", diz.

Aos 88 anos, a mãe de Nilma utiliza uma série de remédios para medicar o Alzheimer, e seis filhos dividem a conta mensal, de pelo menos R\$ 1.200. "Ainda bem que temos com quem dividir esse valor. Até a sobrinha que mora fora ajuda às vezes", conclui.

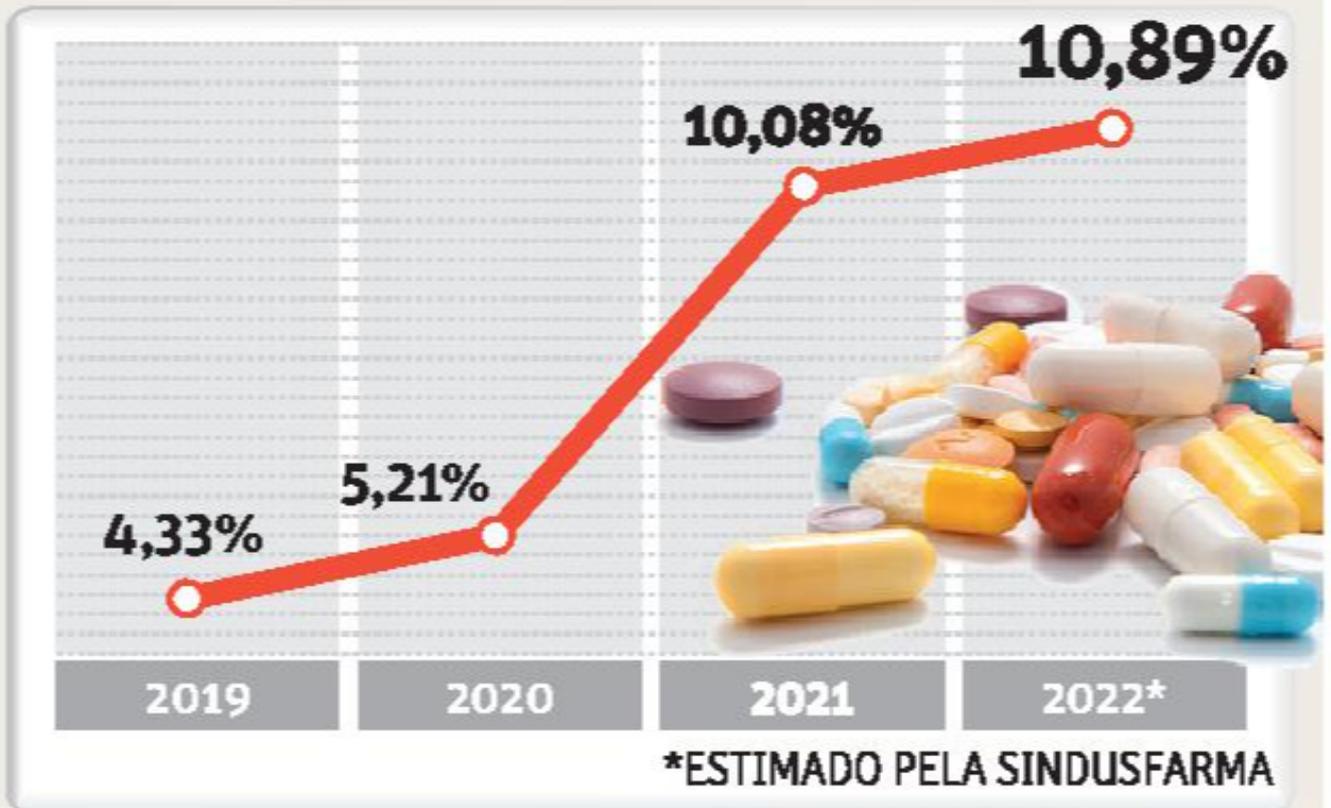
Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#jornais/1/edicoes/16610>

EDITORIA DE ARTE / O TEMPO

EM ALTA

Histórico de aumentos anuais dos medicamentos



FONTE: CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED)

O longo caminho da democracia no Brasil (Artigo)

**Maurício Santoro Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ,
professor de Relações Internacionais**

Nenhum país civilizado celebra aniversário de golpe de Estado. Contudo, a passagem de mais um ano desde a ruptura da ordem constitucional em 1964 é boa ocasião para refletir sobre o longo caminho da democracia no Brasil, os avanços e obstáculos que persistem até hoje. Sobretudo no contexto do bicentenário da independência, que será comemorado em setembro.

A primeira experiência democrática do Brasil durou 18 anos, de 1946 a 1964. Foi só então que o país passou a eleger seus principais dirigentes políticos com voto secreto, com competição entre vários partidos, liberdade de imprensa e associação e justiça eleitoral inovadora para a época, organizando as eleições e coibindo as fraudes que tinham sido tão comuns no império e no início da república. Essa experiência de democracia resultou em alto crescimento econômico, redução da pobreza e das desigualdades e em um extraordinário dinamismo cultural, mas também em grande instabilidade política (suicídio e renúncia de presidentes), em diversas ameaças de golpes militares e na constante intervenção das Forças Armadas na política.

O golpe de Estado de 1964 teve muitas causas, mas essencialmente significou a vitória de grupos que queriam levar adiante um projeto de modernização econômica em um ambiente politicamente conservador, usando os instrumentos do regime autoritário para evitar grandes mudanças sociais (como a reforma agrária) e cerceando sindicatos, movimentos de trabalhadores rurais e partidos de esquerda que haviam crescido muito em influência após a Segunda Guerra Mundial.

A redemocratização brasileira iniciada em 1985 é a segunda tentativa do país em construir esse tipo de regime, e a mais longa até agora. Pela primeira vez o Brasil tem uma geração de adultos nascida e criada na democracia, que só viveu nesse tipo de ordem política e não passou por ditaduras. Em contraste com o período de 1946-1964, o desempenho econômico do país foi pior, com crescimento mais lento e muita instabilidade, com hiperinflação, moratória da dívida externa e recessões. Contudo, os avanços sociais foram muito e expressivos, em todas as áreas. Por

mais que as condições de educação e saúde sejam frustrantes, são muito melhores do que há 35 anos.

Desde meados da década de 2010 esse quadro positivo sofreu abalos, com os escândalos de corrupção que atingiram os principais partidos brasileiros e um longo ciclo de recessões do qual até hoje o país não se recuperou. A democracia sentiu os choques da economia e ganharam força discursos autoritários que questionam vários de seus princípios fundamentais, mas que falharam em oferecer alternativas que deem respostas aos graves problemas do Brasil.

Dos duzentos anos devida independente do país, pouco mais de % foram vividos em democracia. Ainda há longo caminho a percorrer na construção de nossas liberdades civis e políticas. Elas têm valor em si mesmas, mas só serão consolidadas se conseguirem ser a base para a melhora das condições econômicas nacionais, em especial nestes anos difíceis em que o Brasil se defronta com pandemia, guerra, **inflação** alta e o retorno da fome em números significativos. Que tenhamos em mente esses desafios para pensar o golpe de 1964, o bicentenário das independências e as eleições de 2022.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/10089/31-03-2022.html>